

Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais

Adrián Gurza Lavalle^{*}
Graziela Castello^{**}
Renata Mirándola Bichir^{***}

Artigo

Os movimentos sociais registraram misterioso sumiço no debate acadêmico ocorrido nos anos 1990, a despeito de esses atores terem ocupado posição privilegiada nas análises sociológicas da década anterior, centradas, precisamente, na emergência dos movimentos sociais como novos sujeitos capazes tanto de revitalizar a ação social para além do rígido figurino prescrito pela luta de classes, quanto de exprimir a inconformidade de diferentes segmentos da sociedade perante a política silenciária operada pela ditadura. No final dos anos 1980, a multiplicação de balanços – não raro desencantados – sobre a pujante literatura dos movimentos sociais e as expectativas que ela depositou nesses atores como protagonistas da transformação social evidenciavam o processo de institucionalização e normalização de formas de ação coletiva altamente visíveis no contexto da transição democrática.

Porém, se os atores estelares dos anos 1980 saíram de cena no decênio seguinte, cedendo passo à centralidade da *nova sociedade civil*, isso parece ter decorrido não apenas dos processos de institucionalização e normalização, mas, pelo menos em parte, de mudanças nas categorias analíticas empregadas. Por outras

* Doutor em Ciência Política pela FFLCH – USP, professor do Departamento de Política da PUC–SP e pesquisador do Cebrap – layda@usp.br.

** Bacharel em Ciências Sociais pela PUC–SP e assistente de pesquisa do Cebrap – grazielacastello@hotmail.com.

*** Mestranda em Ciência Política pela FFLCH – USP e pesquisadora do CEM – Centro de Estudos da Metrópole – renatambichir@yahoo.com.br.

palavras, os atores continuaram em cena, mas permaneceram despercebidos na literatura, porque novas lentes analíticas passaram a iluminar outro tipo de atores como alicerces da expansão da democracia. O pensamento acadêmico parece ter sucumbido, assim, a um velho dilema da construção de conceitos: se, de um lado, o horizonte da transformação social, da emergência de processos inéditos apenas torna-se acessível mediante a reforma do pensamento e a criação de novas idéias capazes de capturar o *novum* no mundo; de outro, é difícil elucidar até que ponto não é a própria mudança de perspectiva analítica que produz um efeito de novidade sobre fenômenos preexistentes.

Grosso modo, o propósito deste trabalho é duplo, atentar para o efeito de ocultação produzido pelas novas lentes analíticas dos anos 1990, primeiro, e, depois, redirecionar o olhar à busca dos movimentos sociais com o intuito de mostrar, a seu respeito, transformações e continuidades no campo da ação social. Ambas, transformações e continuidades, elaboradas do ponto de vista da centralidade dos movimentos sociais nas redes de atores da sociedade civil. De modo mais específico, sustenta-se que, se de um lado, os movimentos continuam a usufruir extraordinária centralidade, do outro, um novo tipo de ator criado nos anos 1990, aqui chamado de articuladoras, partilha com eles posição semelhante na rede. Assim, a primeira parte deste artigo foca a atenção na literatura da década passada; já a segunda dedica-se ao exame empírico dos movimentos sociais de uma ótica relacional, quer dizer, a partir de uma perspectiva analítica de redes, com suas correspondentes técnicas de formalização. Para desenvolver essa perspectiva se descrevem de forma sucinta as definições aqui utilizadas para os tipos de atores analisados, em seguida desenvolve-se breve menção acerca do tipo de metodologia aplicada e, por fim, expõem-se os resultados encontrados na pesquisa.

Atentar para o efeito de ocultação requer análise passível de ser equacionada no plano da literatura, entretanto, “desocultar” os movimentos sociais é tarefa própria da pesquisa empírica e, nesse terreno, apenas a conjugação e a acumulação de inúmeros esforços poderão desenhar um quadro abrangente.

Aqui, é oferecida apenas uma peça para esse quadro, engastada em um processo de reflexão ainda em curso e nutrida por resultados inéditos de *survey* sobre atores da sociedade civil; *survey* realizado na cidade de São Paulo, em 2002, como parte de um projeto de pesquisa maior, de caráter comparativo e internacional¹.

1 Nova sociedade civil e movimentos sociais

Diversos fatores conjugaram-se no paulatino esfriamento de um ambiente de ativismo social simbolizado por um conjunto de organizações populares e iniciativas coletivas de natureza variada, enquadrados analiticamente pelas teorias dos movimentos sociais. Primeiro, o desfecho da transição: a reabertura da arena política e seus atores tradicionais, a construção de conexões entre demandas populares e os circuitos de representação de interesses próprios ao sistema político, o engajamento de parte dos atores societários criados no contexto da ditadura na construção de atores propriamente políticos. Segundo, a exaustão e o desgaste inerente ao ativismo de atores que não atingem patamares de institucionalização capazes de estabilizá-los. Por último, e em sentido inverso, a institucionalização e a cristalização desses atores sob lógicas corporativas, ou seja, a desmobilização ocasionada não pelo desgaste, mas pela cooptação.

A onda de balanços de finais dos anos 1980, ao estilo de uma “ressaca” pelos excessos de expectativas cultivadas nesses anos todos, acusava o declínio dos movimentos sociais arrolando causas como as mencionadas acima². Na verdade, tratava-se em boa medida de uma crise de expectativas, associada ao progressivo

¹ A pesquisa em que se baseia este *paper* é parte de um estudo mais amplo realizado em vários países intitulado “Rights, representation and the poor: comparisons across Latin America and India”. Uma síntese do projeto pode ser encontrada em DESTIN-LSE Working Paper 02-31 (2002), disponível em <http://www.lse.ac.uk/Depts/destin/working1.html>.

² Ver, por exemplo, os balanços desenvolvidos por Cardoso, Ruth Corrêa Leite. “A trajetória dos movimentos sociais”, p. 81-90; Cunha, Flávio S. “Movimentos sociais urbanos e a redemocratização: a experiência do movimento favelado de Belo Horizonte”, p. 134-135, 142; Nunes, Edison. “Movimentos populares na transição inconclusa”, p. 92-94.

abandono das teorias dos movimentos sociais. Houve, todavia, um quarto fator que, ao longo dos anos 1990, tornar-se-ia lugar comum na literatura dedicada à análise da ação coletiva e suas conseqüências para a política, a saber, a emergência de novas formas organizativas a conquistarem a centralidade outrora característica dos movimentos sociais. Assim, a proliferação de modalidades pulverizadas de ação coletiva, orientadas tematicamente em torno de questões de interesse geral e de índole pós-material, isto é, a multiplicação de um tipo de organização claramente coincidente com o perfil das ONGs, definiria a tônica do campo da ação coletiva na última década do século XX; campo cuja cabal compreensão apenas seria possível a partir da correta definição da categoria sociedade civil.

Embora, no Brasil, a idéia de sociedade civil tenha sido corrente no debate político e nos estudos acadêmicos pelo menos desde o fim dos anos 1970 – tornando-se mais ostensiva sua utilização ao longo do decênio seguinte –, na década de 1990 foi investida de especificações conceituais a tal ponto restritivas que suas semelhanças com as definições das décadas anteriores são quase apenas nominais³. A nova sociedade civil foi definida como uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos – via de regra dirigidos à comunicação pública – para ventilar e problematizar questões de “interesse geral”⁴. Há, é claro,

³ Gurza Lavalle, Adrián. “Sem pena nem glória – O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990”. Este e os próximos três parágrafos resumem os argumentos explorados nesse artigo no que diz respeito à relação entre movimentos sociais e a literatura da nova sociedade civil.

⁴ Nas palavras de Avritzer, “o que caracteriza a sociedade civil brasileira é a procura pela autonomia de uma esfera de *generalização de interesses* associada à permanência de uma forma institucional de organização baseada na interação comunicativa”. Costa discorre de forma semelhante em reflexão acerca da “redescoberta da sociedade civil no Brasil”: “Aos movimentos sociais e às demais organizações que representam, na órbita da esfera pública, os fluxos comunicativos provindos do mundo da vida aparecem associados os papéis de articuladores culturais, de núcleos de tematização de *interesses gerais* e de fortalecimento da esfera pública como instância de crítica e controle do poder”. Respectivamente: Avritzer, Leonardo. “Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro”, p. 284. Costa, Sérgio. “Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil”, p. 47.

diferenças de ênfase entre autores, mas uma análise pormenorizada da literatura dos anos 1990 permite salientar certos elementos articulados de maneira semelhante, ainda que nem todos estejam presentes em cada formulação sobre a nova sociedade civil: primeiro, sua natureza coletiva ou horizontal, isto é, falou-se em “associações autônomas”, “associativismo civil”, “ancoragem no mundo da vida”; segundo, o caráter legítimo de suas demandas ou seus propósitos, concebidos em termos de “interesse geral”, “problemas provindos do mundo da vida” ou “objetivos não-sistêmicos”; terceiro, a adesão e a separação livre e espontânea de seus membros, o que remetia à índole não organizacional ou informal da associação (“associativismo voluntário”, “espontaneidade social”, “inovação social”); quarto, a importância dos processos de comunicação na formação da vontade coletiva e nas estratégias para suscitar a atenção pública (“tematização pública de problemas”); e, por fim, seu papel de mediação entre a sociedade não organizada e os poderes econômico e político⁵.

À margem da sua recorrência no debate dos anos 1990, os diversos elementos utilizados na conceituação da nova sociedade civil enfrentam dificuldades à medida que as análises se deslocam de postulados abrangentes e abstratos para critérios específicos na identificação dos atores empíricos dessa sociedade. Não cabe aqui precisar as conseqüências restritivas de uma combinação de elementos definidores assim estilizada para diversos esforços de consociação erguidos conforme outras lógicas internas – materiais, burocráticas, religiosas ou eminentemente de lazer, para mencionar apenas alguns exemplos –, mas atentar para seus efeitos no caso do tipo de ação coletiva em questão. A inadequação entre a definição da nova sociedade civil e o perfil de atores específicos torna-se emblemática quando considerados os movimentos sociais, outrora privilegiados pela Sociologia como referência

⁵ A recorrência de tais elementos pode ser facilmente constatada: cf. Costa, Sérgio. “Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil”, p. 17; “A democracia e a dinâmica da esfera pública” p. 62-63; “Contextos da construção do espaço público no Brasil”, p. 183; “La esfera pública...”, loc. cit., p. 100; Gohn, op. cit., p. 301; Avritzer, “Um desenho institucional...”, loc. cit., p. 161-168.

central no horizonte das possibilidades da ação social. Com efeito, atores tidos como pilares da ação social emancipadora no curso dos anos 1980 tornaram-se *persona non grata* na lista dos atores representativos da sociedade civil no decênio seguinte – tal o caso do movimento sindical e dos atores eclesiásticos.

Não se tratou apenas de um *aggiornamento* lingüístico, graças ao qual a semântica gasta dos movimentos sociais teria desaparecido do vocabulário das Ciências Sociais durante uma década para ser substituída por novas palavras – palavras a serem utilizadas de modo igualmente intenso. Na verdade, não parece claro que os atributos do conceito da nova sociedade civil fossem plenamente harmônicos com os dos movimentos sociais, por vezes dotados de sólidas estruturas organizacionais e cujos funcionamento e efetividade não raro impõem custos no terreno da espontaneidade – para não enfatizar o problema dos expedientes de luta política, nem sempre considerados legítimos por amplas camadas da população. Mais relevante é notar que, embora nos anos 1980 houvesse consenso quanto à impossibilidade de compreender os movimentos sociais a partir de determinada inserção estrutural, esses novos atores foram pensados, na América Latina, no quadro maior das classes sociais, dos sujeitos coletivos e da questão da dominação⁶. Nesse sentido, a eventual incorporação dos movimentos sociais à nova sociedade civil, por autodefinição pós-marxista e normativa, negligenciaria o problema de certa incompatibilidade entre os termos de ambas as discussões.

Malgrado as dificuldades para enquadrar os movimentos sociais no conceito de sociedade civil cunhado nos anos 1990, parte da literatura aceitou haver certa continuidade entre os esforços mais modestos do associativismo civil e as grandes inici-

⁶ Assim afirmava Eder Sader, referindo-se ao período final dos anos 1970: “Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração de classes populares no cenário público”; as “características comuns [dos movimentos sociais] nos permitem falar de uma nova configuração de classe”. Sader, Eder. **Quando novos personagens entram em cena** – experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80), p. 36, 311. Cf., também, o alentado artigo de Luis Alberto Restrepo, “A relação entre a sociedade civil e o Estado – elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina”, p. 61-62, 78-100.

ativas de mobilização social organizada, resolvendo-se o problema como um assunto de grau de abrangência na capacidade de representação de interesses. Entendeu-se que os movimentos se situavam “um degrau analítico acima das demais associações da sociedade civil”, com “um espectro temático e de conteúdos mais amplo que o destas” – conforme sustentado por Costa⁷. À margem da pertinência conceitual de tal operação – se respeitadas as restrições estabelecidas pela própria literatura –, há razões estratégicas a se levar em consideração: os estudos sobre os novos movimentos sociais e a literatura da nova sociedade civil partilharam o mesmo horizonte político, qual seja, a possibilidade da modernização pela via da ação social. Nesse sentido, e em termos da inadequação a seus próprios quesitos, alguns autores seriam mais tolerantes com os atores sociais que encarnam a crítica à democracia institucional do que com a ação crítica de atores institucionais – partidos, por exemplo, ou melhor, porque referentes indispensáveis da literatura sobre movimentos sociais, Igreja e sindicatos⁸.

Não parece descabido afirmar que a flexão das exigentes restrições da definição da nova sociedade civil diante dos movimentos sociais permitia, a um só tempo, ampliar o leque de interlocutores e definir certa continuidade com o debate das duas décadas anteriores, atenuando as diferenças entre as posições conceituais que informaram a discussão nesses dois momentos. De fato, seria ingênuo não reconhecer que a grande influência e a rápida expansão do enfoque da nova sociedade civil, nos anos 1990, assim como, salvo raras exceções, a omissão generalizada das dificuldades inerentes ao enfoque para lidar com os movimentos sociais, obedeceram em boa medida ao papel desempenhado pela idéia de nova sociedade civil como projeto político a preencher o vazio deixado pelo declínio das teorias dos movi-

⁷ Costa, “Esfera pública...”, loc. cit., p. 46. Para reforçar o argumento: “consideramos os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil” (Gohn, op. cit., p. 251).

⁸ Dois livros que balizaram a reflexão em torno dos novos movimentos sociais evidenciaram a relevância desses atores institucionais: além do já citado **Quando novos personagens entram em cena**, de Eder Sader, São Paulo: o povo em movimento, organizado por Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant (São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980).

mentos sociais. Não parece gratuita a presença de semelhanças entre ambas as perspectivas: também os movimentos sociais foram distinguidos por sua novidade, espontaneísmo e autonomia, por se constituírem de atores radicalmente externos à lógica das instituições políticas e por suas alvissareiras contribuições à transformação da cultura política; e também a literatura manifestou sua perplexidade ao se defrontar com a institucionalização desses movimentos, atribuindo-lhe noções de conotação negativa como “cooptação”, “desmobilização” e “refluxo” – isso para não mencionar a notável coincidência, em ambas as perspectivas, entre a fala dos atores e o discurso acadêmico⁹.

Independentemente dos eventuais ganhos analíticos próprios ao debate conceitual dos anos 1990, a ênfase numa concepção restritiva da sociedade civil, concebida em registro acentuadamente normativo, trouxe custos cognitivos indesejáveis para o estudo dos movimentos sociais pelo menos em dois planos: primeiro, gerou uma ocultação artificial dos movimentos, sobredimensionando o papel de outros atores da sociedade civil – notadamente as ONGs – como se fossem sucessores ou ocupassem lugar análogo ao dos primeiros; segundo, contribuiu para refrear e em alguns casos até interromper a acumulação de conhecimento sobre uma modalidade específica da ação coletiva – os movimentos sociais –, cujos estudo e análise na produção acadêmica registraram declínio abrupto, ao ponto de se tornar tema de reflexão raro ou “démodé” em diversos centros acadêmicos¹⁰. Por exemplo, se considerados todos os números publicados nas décadas de 1980 e 1990 das revistas **Dados**, **Novos Estudos**, **Lua Nova**, **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS) e **Boletim de Informações Bibliográficas** (BIB), a produção voltada para a análise dos movimentos sociais cai pela metade entre o primeiro e o

⁹ Para uma crítica dessa relação “ciclotímica” entre o pensamento acadêmico e os movimentos sociais, cf. Ottmann, Götz. “Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil – uma abordagem cognitiva”, p. 186-207.

¹⁰ Pesquisadores comprometidos de longa data com a temática dos movimentos sociais continuaram com suas agendas de pesquisa, ver, por exemplo: Scherer-Warren, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. Scherer-Warren, Ilse. “Movimentos sociais em cena: ... e as teorias, por onde andam?”.

Contudo, os movimentos sociais saíram de cena do debate sociológico mais amplo.

segundo período, passando de 20 para 10 artigos. O contraste poderia ser maior, mas não foram contemplados nessas cifras os artigos sobre sindicalismo e novo sindicalismo, pois não parecem referidos como movimentos sociais.

Graças ao efeito de ocultação, torna-se difícil elucidar até que ponto os novos atores da década de 1980 saíram efetivamente de cena no decênio seguinte. Por isso, afirmar a artificialidade do deslocamento dos movimentos sociais para fora das áreas iluminadas pelos conceitos deixa em pé o desafio de averiguar o que realmente aconteceu com eles. Inversamente, indagar quais as mudanças efetivamente registradas nesses atores remete à especificação dos termos de um estranhamento perante a forma em que foram retirados da cena intelectual. Coberta a segunda tarefa, cabe proceder à realização da primeira.

2 Movimentos sociais e articuladoras

Conforme explicitado na introdução deste artigo, e a despeito das ênfases analíticas dos anos 1990, os movimentos sociais continuaram a preservar posições centrais nas teias de relações que articulam os atores da sociedade civil. Houve, todavia, mudanças relevantes no campo da ação coletiva, pois um novo tipo de ator criado na última década, as articuladoras, ganhou notável centralidade e posicionou-se ao lado dos movimentos pela sua capacidade de agregação de demandas e de coordenação da atuação de outros atores. Antes de mostrar os resultados de pesquisa que alicerçam tais afirmações, convém especificar as características daquilo que aqui se entende por movimentos sociais e articuladoras.

Como boa parte dos conceitos que visam a conectar formas específicas da ação coletiva com reflexões teóricas acerca das suas implicações para a racionalização do poder, para a ampliação da democracia e do espaço público ou para a emancipação social, a idéia “movimentos sociais” apresenta problemas de ambigüidade na sua definição. O termo tem sido utilizado igualmente na definição de atores empíricos específicos, normalmente portadores de capacidade de contestação perante o Estado – Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) –, e na

unificação analítica de conjuntos esparsos de iniciativas individuais e coletivas orientadas de modo diacrônico por afinidades de sentido em torno de temas específicos – movimento feminista, movimento negro, movimento de moradia, movimento de saúde. Não existem dúvidas quanto ao mérito heurístico da segunda utilização para uma sociologia da ação coletiva e da transformação social, porém, sua operacionalização é extremamente complexa.

O universo de atores aqui definidos com movimentos sociais corresponde a um subconjunto possível entre os atores englobáveis na segunda aceção, e por vezes coincide com atores específicos identificados como movimentos – primeira aceção. Trata-se de um recorte centrado em organizações ou movimentos populares, cujo perfil responde às seguintes feições empíricas: não trabalham com temas como as ONGs e algumas entidades assistenciais, mas com demandas e reivindicações sociais marcadas normalmente pelo seu caráter redistributivo; sua estratégia distintiva é a mobilização coletiva da população afetada pelos problemas para os quais estão voltados; assumem problemas mais amplos que aqueles normalmente trabalhados por associações de bairro. Exemplos de movimentos sociais colhidos na amostra do *survey* realizado na cidade de São Paulo são: MST – Movimento dos Sem-Terra; MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro; MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia; ULC – Unificação de Lutas de Cortiços.

Por sua vez, as articuladoras constituem uma espécie de sociedade civil de segundo nível, quer dizer, um conjunto de entidades constituídas por outras associações ou entidade civis. Não se trata de fóruns, conferências ou de outros espaços periódicos e até mesmo esporádicos de coordenação da ação entre atores da sociedade civil, mas de organizações plenamente institucionalizadas. Diferentemente dos movimentos, seus beneficiários são costumeiramente definidos como membros – inclusive no plano jurídico; e tal e como sugerido pelo nome, suas funções principais são a articulação e a coordenação dos interesses e esforços de outros atores. Articuladoras não raro são rotuladas como ONGs, mas a diferenciação entre ambos os tipos de ator não apenas é pertinente em termos sociológicos, como também empiricamente sustentável mediante a análise de atributos simples ou de medidas

próprias à análise de redes. Exemplos de articuladoras incluídas na amostra são: Abong – Associação Brasileira de ONGs; Rebraf – Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas; Rede Nacional Feminista de Saúde de Direitos Sexuais e Reprodutivos; Cooperapic – Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania.

Uma breve menção dos atores presentes na fundação dos movimentos populares e das articuladoras permite delinear melhor os contornos entre ambos os tipos de entidade: enquanto os movimentos populares se destacam por contar em grande parte com a presença da Igreja (63% contaram com ela na fundação), de partidos políticos (46%) e de sindicatos (36%), as articuladoras contaram fundamentalmente com outras entidades da sociedade civil como protagonistas na sua fundação (81,8%), seguidas em posição secundária pelos sindicatos e pelo governo.

3 Breve nota metodológica

Os dados apresentados nestas páginas provêm de *survey* realizado com 202 atores da sociedade civil, no município de São Paulo, ao longo de oito meses de trabalho de campo no ano de 2002. As associações responderam questionário desenhado para indagar informações acerca de sua fundação, missão, nível de formalização, temas de trabalho, membros e/ou beneficiários, vínculos com outros atores da sociedade civil e com outras instituições governamentais. A construção de perguntas referentes aos vínculos das entidades trouxe como resultado informações relacionais passíveis de serem trabalhadas com metodologia de análise de redes. Para este artigo, foram trabalhadas apenas as informações referentes à existência ou à ausência de vínculos dos movimentos populares e das articuladoras com o universo dos atores da sociedade civil.

A partir de um procedimento de amostragem de tipo bola-de-neve, foram entrevistados 202 atores da sociedade civil, gerando um total de 741 entidades diferentes e outro conjunto semelhante de organizações e instituições consideradas como “fronteira” ou externas ao universo pesquisado – agências do Estado, universidades, sindicatos, igrejas, organismos multilaterais, governos estrangeiros, etc. A estratégia definida para o desenho da amostra

apresenta importantes vantagens metodológicas e constitui um esforço inovador no sentido de ampliar o horizonte das abordagens empíricas mais usuais na literatura voltada ao estudo da sociedade civil: primeiro, o universo das entidades pesquisadas não foi definido a priori, como acontece com estudos que lançam mão de cadastros e listas, mas empiricamente a partir de cadeias de referências fornecidas pelos próprios atores da sociedade civil; segundo, a multiplicação de referências conduzidas pelo critério da informação traz consigo ganhos qualitativos, a saber, a possibilidade de trabalhar do ponto de vista de uma análise de redes com universo de atores da sociedade civil efetivamente construído de forma relacional. É claro que os estudos de caso constituem uma abordagem privilegiada do ponto de vista qualitativo, mas suas limitações para a generalização de resultados são também bastante conhecidas.

Há vieses inerentes às amostras produzidas mediante tal procedimento de caráter não aleatório, mas, diferentemente daquilo que ocorre com as listas, eles podem ser controlados e inclusive desenhados para servir aos propósitos da pesquisa. De fato, os resultados aqui apresentados identificam principalmente os atores mais ativos da sociedade civil junto às camadas populares do município de São Paulo. Assim, os dados apresentados refletem “o melhor mundo possível”, pois atores pouco ativos têm menores probabilidades de serem mencionados nas cadeias de referências. Contudo, são precisamente as entidades mais engajadas que interessam para a determinação dos atores mais centrais no campo da sociedade civil.

Os resultados a serem apresentados são, a rigor, medidas relacionais, produzidas mediante o uso de tecnologia adequada e a partir de um banco de dados adequado para essa finalidade¹¹. O conceito de rede, portanto, não desempenha aqui a função, usual no debate sociológico, de analogia heurística; antes, trata-se propriamente de uma ferramenta privilegiada metodologicamente pela sua capacidade para formalizar e tornar possíveis

¹¹ Para a aplicação dessa metodologia, foi utilizado o software Ucinet. Para observação das implicações desse procedimento, consultar Borgatti et. al., “Ucinet – Software for Social Network Analysis. User’s Guide”.

análises empiricamente fundamentadas sobre fenômenos cujas lógicas respondem a dinâmicas de redes sociais.

Optou-se, para este artigo, pela utilização de medidas de centralidade, pois permitem analisar e destacar a posição relativa de cada um dos atores considerados – grau de centralidade – dentro do universo da sociedade civil aqui recortada¹². Visto se tratar de medidas estruturais, quer dizer, da avaliação de um ator a partir da sua posição em uma estrutura de relações, assume-se que os modos de inserção dos atores em uma rede constroem ou abrem possibilidades a sua capacidade de ação.

4 Velhas e novas centralidades: movimentos sociais e articuladoras

O objetivo desta seção é examinar os padrões de relacionamento dos movimentos sociais e de um novo tipo de entidade criada nos anos 1990 – as articuladoras – dentro do campo dos atores da sociedade civil. Conforme mencionado na seção anterior, trata-se de exame focado na estrutura de relações que permite iluminar as capacidades de intermediação de interesses e de coordenação de ação coletiva concentradas nos movimentos sociais e nas articuladoras – sempre em relação a outros tipos de atores presentes na sociedade civil. As centenas de entidades da sociedade civil (741) que delimitam o universo das relações possíveis contêm associações de bairro, ONGs, associações comunitárias, entidades assistenciais, fóruns e outros espaços de coordenação, bem como, é claro, movimentos sociais e articuladoras.

Os resultados gerados pela análise de redes foram agregados por tipos de ator da sociedade civil e, por isso, é possível afirmar que os atores aqui analisados possuem determinados atribu-

¹² Segundo Hanneman, um ator central no interior de uma dada rede é aquele que, a partir de um número considerável de relações, consegue exercer grande influência sobre os demais atores e gerar a dependência destes, controlando diversas possibilidades de fluxos e possuindo a capacidade de fazer escolhas dentro de seu universo de relações – assim, o poder no interior de uma rede surge como consequência dos padrões de relações estabelecidos entre os atores. Robert Hanneman. “Introduction to Social Network Methods”.

tos distintivos em relação aos outros tipos de entidades presentes na amostra. Graças a essa análise agregada por tipologia, emergiram as articuladoras como uma novidade tanto no terreno da inovação institucional quanto no plano da sua centralidade no campo dos atores da sociedade civil. Com o intuito de simplificar a apresentação de resultados e de evitar a multiplicação de dados sobre atores que não ocupam a atenção deste artigo, a Tabela-Resumo a seguir mostra cifras apenas para movimentos sociais e articuladoras, e sempre em relação à média dos atores presentes na amostra¹³. Tal opção, no fundamental, não introduz distorções quanto à centralidade incontestada dos movimentos e das articuladoras. A leitura dos dados assim organizados é simples: em vez de apresentar os resultados absolutos das medidas, pouco significativos para leitores não familiarizados com literatura de redes, as cifras mostram em porcentagens as diferenças entre os atores aqui examinados e o resto dos atores da sociedade civil presentes na amostra. Assim, 238% (*indegree*) significa que os movimentos recebem vínculos mais de duzentos por cento a mais do que a média dos atores¹⁴.

Tabela-Resumo

TIPOLOGIA	Centralidade							
	Outdegree	Indegree	Betweenness	Outcloseness	Incloseness	Information	Power	Influence
Movimentos Sociais (n=11)	17,7	238	200	0,3	5,4	33,2	69,2	125,8
Articuladoras (n=33)	18,8	71,1	111	-4	3,2	9,1	56	45,9
Demais Atores^a (n=158)	**	**	**	**	**	**	**	**

** Os asteriscos indicam os dados utilizados como referência. Os resultados apresentados para as articuladoras e para os movimentos sociais mostram quanto por cento mais ou menos esses atores possuem determinada característica em relação a todos os demais atores presentes na amostra.

a) Os “demais atores da amostra”, aqui não explicitados, completam os 202 atores entrevistados.

¹³ Exclusive movimentos sociais e articuladoras.

¹⁴ Os significados das medidas adotadas serão apresentados ao longo da análise.

Os movimentos sociais são os atores mais centrais no conjunto dos atores da sociedade civil presentes na amostra: recebem um número muito maior de citações diretas de outras entidades (*indegree*) e também citam diretamente mais (*outdegree*); além disso, exercem um grau extraordinário de intermediação entre os atores (*betweeness*), ou seja, pela sua posição estratégica, são ponto de passagem fundamental para uma parte considerável de atores da sociedade civil alcançar ou entrar em contato com outros. Contudo, e quiçá pela sua centralidade, os movimentos não preservam relações menos distantes – do que a média – dos atores que no conjunto da amostra têm condições de alcançá-los (*incloseness*); e tampouco mantêm relações significativamente mais próximas dos autores aos quais eles – os movimentos – conseguem chegar (*outcloseness*).

Aos resultados que ressaltam a grande centralidade e a posição estratégica dos movimentos no campo dos atores da sociedade civil, cabe acrescentar que suas relações com outros atores são notavelmente assimétricas (*power*); isto é, existe desigualdade de vínculos disponíveis entre os movimentos e os atores com os quais se relacionam, tornando os segundos estruturalmente dependentes do repertório de relações dos primeiros. Essa dependência ou assimetria de relações ou vínculos disponíveis entre os movimentos sociais e as demais entidades da sociedade civil significa que os movimentos sociais mantêm parte significativa das suas relações com atores escassamente vinculados que, nesse sentido, devem ocupar posições periféricas nas múltiplas redes de atores da sociedade civil.

Reforçando ainda mais a extraordinária centralidade dos movimentos, eles se destacam como os atores que mais recebem vínculos diretos e indiretos no interior do conjunto total dos atores da sociedade civil. De fato, é pertinente frisar que são os únicos atores da sociedade civil com papel preponderante de receptores de vínculos – mais recebem do que lançam relações –, pois, em diferentes graus, todas as demais entidades lançam mais vínculos do que recebem (*influence*).

As articuladoras possuem uma posição de destaque no interior da rede e compartilham com os movimentos sociais o mais

alto grau de centralidade existente entre os atores da sociedade civil colhidos na amostra. A centralidade das articuladoras é fundamentalmente marcada por possuírem enorme prestígio entre o conjunto de atores analisados, ou seja, são entidades que recebem muitos vínculos (*indegree*). Também se destacam por construírem mais relações que a média dos demais atores (*outdegree*), além disso, elas desfrutam elevado poder de intermediação entre os demais tipos de atores (*betweenness*), o que significa que uma parte significativa das demais entidades utiliza as articuladoras como intermediárias para alcançar outros atores, beneficiando-se de sua posição central. Também é interessante notar que as articuladoras estão relativamente muito mais próximas dos vínculos provenientes das entidades que as citam (*incloseness*) do que dos vínculos construídos a partir das suas citações (*outcloseness*) – neste caso, as articuladoras se apresentam mais distantes que a média dos demais atores analisados.

É possível dizer ainda que as articuladoras guardam relações assimétricas com os atores a elas vinculados, configurando um quadro de dependência significativa (*power*). Esse resultado reflete a importância – para os demais tipos de associações – das relações estabelecidas com as articuladoras; importância que é confirmada pela influência exercida sobre as demais entidades (*influence*). A centralidade das articuladoras é marcada, portanto, por serem “pontos de referência” para os demais atores da sociedade civil analisados aqui, o que exprime sua capacidade de agregação e intermediação de interesses.

5 Comentário final

Outrora centrais pelo seu caráter promissor, os movimentos sociais registraram misterioso sumiço no debate acadêmico dos últimos anos do século XX. Mais de um fator contribuiu na ocultação desses atores; dentre eles, recebeu destaque nestas páginas a mudança das categorias analíticas empregadas: os “holofotes” passaram a iluminar a nova sociedade civil a partir de uma concepção particularmente restritiva dos atores merecedores de tal denominação, fazendo com que os movimentos perma-

nesses despercebidos a despeito de continuarem em cena. Por isso a pertinência de dirigir o olhar para o campo dos atores da sociedade civil em busca dos movimentos, e das transformações e continuidades no que diz respeito a sua centralidade.

Os resultados apresentados apontam sistematicamente para a extraordinária centralidade dos movimentos sociais no universo atual da sociedade civil. De fato, o padrão de relações observado no caso desses atores confirma de modo consistente não apenas sua vocação, mas também sua capacidade para a agregação na coordenação e na representação de interesses. Na busca dos movimentos, a pesquisa deparou-se com outro tipo de ator de recente criação, também caracterizado por sua notável centralidade e capacidade de interlocução no campo dos atores da sociedade civil: as articuladoras. A análise desenvolvida permite, assim, atentar para as continuidades e mudanças no cenário da ação social. Pelo menos parte dos atores que entraram em cena nos anos 1980 ali continuou desempenhando funções relevantes; no entanto, houve também deslocamentos ocasionados por novos protagonistas a ocuparem posições igualmente centrais. Não se trata das ONGs, cuja dinâmica específica exige um exame por separado, mas de entidades criadas por ONGs e por outros atores da sociedade civil. Por certo, se trata de inovação institucional das mais relevantes, pois mostra a capacidade da sociedade civil para orientar o processo da sua diferenciação interna de modo a incrementar os alcances da coordenação de ações de representação de interesses no seu seio.

Referências bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova** (Cedec), n.39, 1997.
- BORGATTI, EVERETT & FREEMAN. **Ucinet – Software of social network analysis user’s guide**. Analytic Technologies, 2002.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Sérgio. La esfera pública y las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil. **Metapolítica**. México, n.9, jan. 1999.

_____. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Lua Nova** (Cedec), n.36, 1995.

_____. Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** (Anpocs), n.43, 1997.

_____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos**, n.47, mar. 1997.

_____. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos**, n.38, mar. 1994.

CUNHA, Flávio S. Movimentos sociais urbanos e a redemocratização: a experiência do movimento favelado de Belo Horizonte. **Novos Estudos**, n.35, mar. 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GURZA LAVALLE, Adrián. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n.66, jul. 2003.

HANNEMAN, Robert. **Introduction to Social Network Methods**. Department of Sociology, University of California, Riverside, 2001.

NUNES, Edison. Movimentos populares na transição inconclusa. **Lua Nova** (Cedec), n.13, p. 92-94, set. 1987.

OTTMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. **Novos Estudos**, n.41, mar. 1995.

RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. **Tempo Social** (Departamento de Sociologia da USP). São Paulo. n.2, 1990.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 36, 311.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais em cena: ... e as teorias, por onde andam?. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: Anped, n.9, set./dez. 1998.

_____. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1996.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento.** São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980.